

# Educação em Alerta



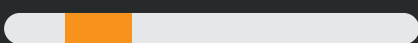
Jornal Sintep-MT - Edição - Dezembro de 2018



# PRESENTE!

**VAMOS DIZER NÃO**  
A TODO O TIPO DE  
RETROCESSO

PÁGINA - 03



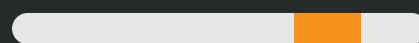
**RETROSPECTIVA 2018:**  
A LUTA PARA MANTER DIREITOS

PÁGINA - 04/05



**EDUCAÇÃO**  
PÚBLICA E GRATUITA:  
DESAFIOS PARA 2019

PÁGINA - 07



# EDITORIAL: A Luta não pára



O ano de 2018 foi um ano de muitos desafios para a classe trabalhadora nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal com o crescente ataque aos direitos trabalhistas, sindicais e sociais.

Encerramos ainda o ano com duas grandes perdas para o movimento social e sindical mato-grossense com a partida da companheira Jocilene Barboza dos Santos e o companheiro Júlio César Martins Viana, ambos dirigentes do Sintep/MT.

Vivemos um ano que foi perceptível o crescimento do pensamento da intolerância, criminalização dos movimentos sociais e sindicais como responsáveis pelas mazelas criadas pós golpe de 2016. Conseqüentemente, se anuncia um cenário de incertezas que está presente e compromete as pautas históricas da classe trabalhadora e da população brasileira.

No estado de Mato Grosso tivemos um governo que não disse para que veio. Elevou o estado com escândalos nacionais, como foi o caso dos desvios de recursos da Seduc, “Grampolândia”, Caravana da Transformação, ampliação sistêmica da política de renúncias e isenções fiscais, manobra fiscal com os recursos do Fundeb. Vale destacar que, o conselho do Fundeb foi “maquiado” e que não teve atuação nesse governo.

Ao funcionalismo público as marcas destas gestão serão do atraso de salários e o calote na Revisão Geral Anual. Portanto, um governo que não deixará saudades. Não que tenhamos perspectivas e expectativas diferentes com o governo que assumirá a partir de 01 de janeiro de 2019, uma vez que, fazem parte do mesmo grupo político.

Em se tratando dos municípios, foram 19 greves e centenas de mobilizações para assegurar direitos. Os gestores, em sua maioria, se valeram da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para justificar as ações e investidas contra os trabalhadores e as trabalhadoras. No entanto, deixaram de cumprir questões básicas:

pagamento do piso, garantia e ampliação do atendimento da educação infantil, cumprimento dos planos municipais de educação, a legislação quanto ao número de matrículas e em alguns casos o próprio plano de carreira. É notório que as prefeituras não mexeram em questões estruturais como os “cabides de empregos” para arranjar a vida dos “políticos e/ou grupos de estimação” em detrimento dos servidores de carreira.

Devido a essa conjuntura, o ano de 2019 nos desafiará para conquistarmos e mantermos direitos históricos da classe trabalhadora e nos prepararmos para os desafios de avançarmos em condições dignas de trabalho que assegurem piso, jornada e carreira nas redes de ensino. Atacamos as políticas neoliberais de estado mínimo e entreguista da educação pública para o setor privado.

**Somente a luta garante e continuará garantindo direitos!**

*Um abraço fraterno aos trabalhadores e trabalhadoras da Educação e nos encontraremos na luta.*

## Lenha na Fogueira

**TCE** - A parceria político-jurídica que norteou todos os embates por direitos ao longo de 2018, em nível nacional, reproduziu-se em Mato Grosso pela “incompetência” do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que não fez a lição de casa quando “analisou” as contas do governo antes da execução dos débitos.

**TCE 2** - O Tribunal de contas de Mato Grosso tem agido conforme a conveniência e interesses do Governo. Extrapolou sua competência quando tratou da Lei da RGA. Retirou a RGA dos servidores e ao mesmo tempo dobrou o valor da Verba Indenizatório dos conselheiros do TCE-MT. Não é a primeira vez que o TCE faz lambanças

**TCE 3** - Os ataques aos direitos dos/as trabalhadores/as ocorrem de forma contínua também nas redes municipais. Com a justificativa de comprometer a Lei de Responsabilidade Fiscal, a orientação emitida pelo TCE desmonta o direito ao Piso Salarial Profissional Nacional e a carreira dos educadores.

**O túnel** – A nova gestão estadual anuncia aos servidores para o fim da estabilidade no serviço público. Em entrevistas nos veículos de comunicação estadual, Mauro Mendes declara que é favorável ao fim da estabilidade no serviço público com foco na desburocratização dos serviços, e na redução de gastos dos recursos do estado.

**Alinhamento** – Mauro Mendes nem mesmo iniciou a gestão, já está demonstrando o tipo de postura que terá frente aos trabalhadores e trabalhadoras da educação. Alinhado com as políticas do novo presidente Jair Bolsonaro, defende o enxugamento da máquina estatal. Isso significa precarização dos salários e serviços públicos e a ampliação da terceirização e o repasse de atribuições do Estado para a iniciativa privada. O impacto disso para a sociedade é a redução do acesso dos serviços públicos e gratuitos

**Herança** – Além de carregar, a partir de janeiro, os entulhos deixados no Palácio Paiaaguás, pela gestão, o novo governo assumirá grande parte dos pacotes deixados por Taques. Lembrando que Mauro Mendes não assinou a carta compromisso com a educação de MT, apresentada pelo Sintep/MT, no Encontro Extraordinário de Educação, em setembro de 2018. Isso retrata o descaso com a educação e os/as profissionais da educação desse estado.



### EXPEDIENTE

**Informativo do Sindicato dos trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso**  
Rua Mestre João Monge Guimarães, 102 - Bairro Bandeirantes - Cuiabá-MT  
Fone: (65) 3317.4300 - 0800.654343 - fax: 3317.4327  
Site: [www.sintep.com.br](http://www.sintep.com.br)  
Email: [comunicacao@sintep.org.br](mailto:comunicacao@sintep.org.br)

Presidente: **Valdeir Pereira** - Vice-presidente:  
Secretário de Comunicação: **Gilmar Soares e Edevaldo José Santos**  
Secretária-geral: **Miriam Ferreira Botelho**  
Revisão: **Maria Luiza Zanirato**  
Edição, redação: **Roseli Riechelmann** (MTB 24400)  
Editoração Eletrônica **Jadson Oliveira**  
Fotos: Divulgação e Sintep/MT.



# Sintep/MT não aceitará retrocessos na Educação

**A**s vésperas de iniciar uma nova gestão, o futuro governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, reforça o discurso alinhado com interesses do golpe de 2016. Justifica que para aquecer a economia e tirar as contas públicas do “vermelho” é preciso reduzir a máquina estatal. Para além de reduzir o número de secretarias de estado, Mendes defende fim da estabilidade dos servidores públicos.

Em documento do novo governo federal, pactuado pelo futuro governador de Mato Grosso, afirma-se que um dos meios para superar a crise nacional deverá ser através de um pacote de maldades contra os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros/as, dando continuidade à agenda iniciada por Temer. A proposta administrativa nacional deverá estar alinhada aos estados com objetivo de fazer as ‘despesas’ públicas caibam nos parques recursos destinados a maior parcela da população.

Nas propostas apresentadas estão o arrocho aos servidores públicos o fim da estabilidade e/ou, adoção da avaliação de desempenho para efeito de exoneração. Nesse ponto o alerta do Sintep/MT quanto a recusa ao Programa de Avaliação do governo Taques, Avalia-MT, será implementado provavelmente na gestão Mauro Mendes. O sindicato fez o embate público contra esse modelo de avaliação e questionou a sua finalidade.

## Desmante

O alinhavo com as políticas neoliberais em nível federal, se dará da mesma forma, pois o governador anuncia, nos meios de comunicação a necessidade reestruturação das carreiras de Estado. A proposta compromete a realização de novos concursos e ataca a Lei 510/2013 (Dobra do Poder de Compra). O projeto está arquitetado a partir do corte da transferência de atribuições da União para estados e municípios. Uma prática que conduzirá a possível ampliação da terceirização e a meritocracia também no



estado, a exemplo do que foi a política do futuro vice-governador, Otaviano Pivetta, em Lucas do Rio Verde, em sua gestão.

O proposta de Educação à Distância no Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos já aponta para a redução do número de servidores, como é o caso da política educacional de Taques para os Centros de Jovens e Adultos (CEJA's) e para a implantação do notório saber, como tutor de turma, contratando profissionais de qualquer carreira.

O cenário não permite ilusões, mas certezas. Novas e intensas lutas serão necessárias para assegurar direitos. O desalinho do governador, agora eleito, com as pautas da Educação foi sinalizado quando negou-se a assinar a Carta Compromisso da Educação, ainda como candidato em 2018. No entanto, não aceitaremos retrocessos de direitos duramente conquistados. Faremos a defesa intransigente de direitos por inteiro e estes em defesa da maioria penalizada pelo Modelo Econômico vigente no estado e no país”, afirma o presidente em exercício do Sintep/MT, Valdeir Pereira.

## Arrocho

Para o movimento sindical o arrocho será acontece pelo congelamento de gastos (EC nº 95) e implicará no corte de recursos para de 2019, estarão baseados no que foi consolidado em 2018, mesmo que o número de matrículas nas redes de ensino se ampliem. “A repercussão nas redes municipais, com o atraso de recursos em 2017, já foi significativa resultando em corte de serviços e desvalorização profissional. Vamos ter que enfrentar o que virá após o congelamento dos recursos”, destaca o secretário de redes municipais, Henrique Lopes.

“O que é visto no discurso de Estado mínimo é a desobrigação com o próprio estado, com os serviços públicos gratuitos que deveriam ser ofertados como direito para a parcela de trabalhadores e trabalhadoras que dependem da escola pública, da saúde pública e dos serviços sociais. Precisamos lembrar para que o Estado existe e qual é sua finalidade”, conclui Lopes.



# Retrospectiva 2018

## JANEIRO

O triste fim de um governo fraco

### CONCURSO PÚBLICO

início dos enfrentamentos com foco na garantia das nomeações  
Desvio de recursos do FUNDEB, feito pelo governo Taques em 2017 impactam na administração da educação nas redes municipais

### Escola Militar

Sem consulta pública e sem parecer e autorização do Conselho Estadual de Educação, o estado fecha escolas públicas da rede estadual (Alta Floresta e Sinop, foram exemplos) e entrega a administração para a Política Militar.



## FEVEREIRO

### Gestão Democrática

Após o descumprimento do calendário eleitoral nas escolas, em 2017, o governo Taques promove nova manobra com a tentativa de implantar diretores biônicos no município de Cáceres.

### MT Saúde

Os direitos sociais são atingidos em todas as áreas - MT Saúde em pré falência ameaça deixar milhares de conveniados sem atendimento na rede estadual. Conselho Estadual de Saúde cobra resolução do governo para os serviços que foram criados pela administração pública, mas que, no entanto, prestam atendimento privado.



## MARÇO

**1º Conselho de Representantes** destacou o enfrentamento contra o retrocesso no cenário político, econômico e social, em nível nacional e internacional.

**Pressionado governo** inicia nomeação dos Concursados Aprovados

### Merenda

Governo atrasa o repasse do percentual estadual da Merenda Escolar deixando milhares de crianças, adolescentes e jovens sem garantia do direito nutricional adequado.

### PCR's

O governo leva para os municípios o projeto federal para elaboração de Planos de Carreira e Remuneração (PCR). O modelo é contestado por trabalhadores e trabalhadoras da educação por comprometer as carreiras e o piso salarial unificado.

### 8 DE MARÇO

Sintep/MT, movimentos sociais e feministas realizam protesto trancando a garagem de ônibus da empresa Pantanal Transporte, em Cuiabá. O objetivo foi chamar a atenção da população para políticas de gênero, contra o feminicídio, o sexismo e todo tipo de violência contra as mulheres.

## ABRIL

### 2º Conselho de Representantes

traçou os desafios para a classe trabalhadora num cenário de retirada de direitos com políticas como a terceirização, a pejetização dos contratos de trabalho, o desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Assim como tratou da articulação da data-base na rede estadual.

Etapa estadual da **Conferência Nacional Popular de Educação** (CONAPE) reafirma as metas de universalização do PNE e denuncia o golpismo dos governos na educação.



## MAIO

A política nacional repercute em Mato Grosso com a adoção do projeto do governo Taques para a implantação do PDV Programa de Demissão Voluntária. Uma política com foco no corte de investimento e ajuste a EC nº95, que congelará os repasses para os estados.

Sintep/MT realiza o IV Encontro de Aposentados e Aposentadas. Com o lema "Aposentados sim, Inativos nunca" reforça o compromisso desse segmento com a luta da categoria, principalmente de tantas ameaças de ataques as conquistas históricas, entre elas a paridade salarial entre ativos e aposentados.

## JUNHO

**15 de Junho** – Eleições do Sintep/MT segunda maior eleição do Estado de Mato Grosso, realizada nos 141 municípios com mais de 25 mil eleitores.

**29 DE JUNHO DE 2018** – O Sintep/MT, entidade com 53 anos de história, elege pela primeira vez uma mulher para presidir a entidade. Jocilene Barboza simboliza o protagonismo da entidade que elegeu não apenas uma mulher negra, mas uma representante do segmento funcionários.

**Sintep/MT** entrega aos filiados e filiadas duas novas aquisições patrimoniais. Uma chácara em Cuiabá, região do Coxipó do Ouro, e um novo prédio extensão da Casa do Educador

**Sintep/MT** e dirigentes de escolas estaduais se mobilizam em atos de protesto contra o governo Taques que não faz o repasse dos recursos para manutenção da escolas

**3º Conselho de Representantes** - os debates trataram Campanha Salarial, Gestão Democrática e o Concurso Público. Nesse Conselho a categoria se organizou e deliberou por desconsiderou a minuta de Lei que alterava totalmente a nº 7040/98 (Lei da Gestão Democrática)







## JULHO

Chegaram nas redes Municipais, por meio de reuniões regionais convocadas pelo estado com representantes federais, a tentativa de elaborar projetos de carreira e remuneração (PCR's). O argumento foi o de elaborar projetos de carreira nos municípios que ainda não tinham um aprovado. Contudo, a proposta apresentada embutia a tentativa de desmontar conquistas asseguradas pelos trabalhadores da educação, como piso salarial nacional profissional e carreira unificada.

## AGOSTO

Inicia o período eleitoral e novo registro da desorganização do governo com a educação estadual o que comprometeu o aprendizado dos estudantes e a vida de vários profissionais até o final do ano letivo, ao não prever as necessidades de contratações temporárias antes do prazo eleitoral e cancelar contratos de trabalho, deixando estudantes sem professores e a escola sem profissionais para o desenvolvimento das atividades administrativas.



Sintep/MT avança no debate sobre formação para Técnicos da Educação Infantil (TDI), junto com o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), com a perspectiva de iniciar o projeto piloto em cinco municípios no primeiro semestre de 2019.

Acontece o 8º Encontro de Dirigentes das Subsedes, do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT)

4º Conselho de Representantes trata sobre as greves nas redes municipais, para garantir ao Piso Salarial Nacional Profissional (PSPN) e para estabelecer um Plano de Carreira que respeite às defesas fundamentais da categoria. Demandas da Rede Estadual: Campanha Salarial – Gestão Democrática – Concurso Público.

## SETEMBRO

Sintep-MT se retira da Comissão do Programa Avalia MT por não ter consenso com o modelo de avaliação a ser implantado pelo governo. A proposta apresenta objetivos ocultos de mera obtenção de resultados, sem as condições de trabalho necessárias.

Sintep/MT realiza mais um Encontro de Formação. Durante três dias cerca de 600 delegados/as eleitos/as na base participaram do Encontro Extraordinário de Educação que abordou as políticas implementadas na gestão Temer e Taques e os impactos destas para os trabalhadores e trabalhadoras e para a escola pública.

## OUTUBRO



Sintep/MT comemora os 20 anos da Lei que organizou e estruturou a carreira dos profissionais da educação na forma que se constitui atualmente: ingresso por Concurso Público, Piso Salarial, Hora-Atividade, Jornada de Trabalho. A Lei da Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso (LOPEB), uma referência de valorização profissional e gestão de pessoal, além de um BEM para a sociedade mato-grossense assegura pessoal efetivo para atendimento dos estudantes e o direito de aprender.

## NOVEMBRO

Deputados arquivam o Projeto de Lei da Mordaza diante da cobrança do educadores. O Sintep/MT faz a defesa da democracia como princípio fundamental assegurado na Constituição Federal (artigo 205 e 206), assim como a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB). Não à "Escola sem Partido" (PL 7180/14), e por uma escola que forme o ser crítico e conhecedor de todas as coisas no livre exercício do pensar, ensinar e aprender.

Gestão Democrática – Eleição de Diretores é realizada em MT com um ano de atraso

RGA – Fórum se mobiliza para alerta estadual dos/as servidores/as contra o descumprimento oficializado da Lei estadual nº 10.572/2017



## DEZEMBRO

A sombra do atraso e parcelamento de salário coroa o infeliz e desastroso Governo Taques para as políticas públicas e funcionários/as públicos/as.





# Não haverá trégua na luta por direitos

A perspectiva para 2019 é resistência e enfrentamento nas redes municipais de educação, pois os sinais de redução do custo administrativo sinaliza para a precarização dos serviços públicos, o que tende a ampliar o estrangulamento de direitos. E não serão apenas os 19 municípios que realizaram greve em 2018, com recorrentes paralisações, que devem ficar atentos. O ataque será geral.

As paralisações registradas na educação das redes municipais (Santa Terezinha, Brasnorte, Colíder, Sinop, Nova Olímpia, Santo Antônio de Leverger, Lucas do Rio Verde, Nobres, Nova Uiratã, Alto Paraguai, Cocalinho, Confresa, São José do Xingú, Pontes e Lacerda, Peixoto de Azevedo, Jaciara, Cuiabá, Pedra Preta e Pontal do Araguaia) revelaram um enfrentamento diferenciado em 2018. Mais do que lutar por avanços, as greves foram para manter o que constitucionalmente está assegurado: pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional e a carreira, contra a política de terceirização de Funcionários do Apoio e Técnicos.

As mobilizações aconteceram em razão do descumprimento de direitos, com apoio da Justiça, e ainda a interferência do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Os pareceres não apresentaram soluções para a sobrecarga de estudantes nas redes municipais de ensino ou para os baixos salários dos profissionais. Ao contrário, ignorou-se os problemas, assim como em 2017 quando os atrasos de receitas do estado prejudicaram os investimentos em políticas públicas nos municípios.



## Jurídico em Ação

### Vigias

Apesar de continuar em tramitação em 2018/2019, a ação sobre adicional noturno dos vigias escolares começa a ganhar força. Para agilizar o processo, o Sintep/MT faz o levantamento junto as unidades escolares do estado, do nome dos profissionais que atuaram na função entre 2003 e 2017, possíveis beneficiários do direito ao adicional noturno retroativo. A ação tramita desde 2008 cobrando o pagamento dos valores retroativos, do cálculo da hora de adicional noturna feita com índices errados.

### Dedicação Exclusiva

Por meio de ação judicial do Sintep/MT, os profissionais das escolas estaduais, sindicalizados (determinação judicial) que atuam nas funções de direção, coordenação e secretariado escolar, com direito a dedicação exclusiva (DE), tiveram suspensas a contribuição previdenciária, retirada do valor do DE. O motivo é que o desconto do percentual na gratificação não conta para fins de aposentadoria do servidor/a, o que torna o desconto inconstitucional.

Contratos temporários – O Sintep/MT faz o enfrentamento pelos direitos dos profissionais contratados pelo governo do estado e que tiveram o vínculo cancelado em razão do período eleitoral, muitos inclusive sem receber o mês trabalhado. A incompetência na organização da gestão, ao não prever o pleito eleitoral que ocorre a cada quatro anos, penalizou o direito dos trabalhadores com prejuízo também dos estudantes

### Concurso

O Sintep/MT permanece na luta para que o governo cumpra com os dispositivos legais e convoque para vagas livres na rede estadual os concursados classificados no cadastro de reservas. Vários mandados de segurança foram expedidos em defesa da nomeação para todas as vagas livres. Outro ponto encaminhado ainda no ano passado foi a ação para o fim da cláusula de barreiras equivocadamente inserida no edital do Concurso, e ainda sem retorno jurídico.

### Licença Maternidade

O Sintep/MT encaminhou para a Seduc/MT e Seges/MT notificação cobrando correção dos equívocos que têm prejudicado as profissionais contratadas e que atravessam o período de licença maternidade, e que terão o contrato interrompido no mês de dezembro, não podendo retornar as atividades. A sustentação do argumento estaria no fim do contrato feito durante o período eleitoral (três meses antes e três meses depois do pleito). O Sindicato afirma que a interpretação está equivocada já que a Lei eleitoral não é superior ao que assegura a Constituição (estabilidade temporária)





# Ameaças e Desafios para 2019



**Gestão Democrática** – Ao longo dos anos de 2017 e 2018 a Lei de Gestão Democrática estadual (Lei nº 7040/98) sofreu ataques de toda a natureza. O primeiro ainda em 2017, com a prorrogação dos mandatos de diretores de escola, o que resultou em nomeações por interesses politiquieiros no município de Cáceres.

Na sequência, o governo inicia uma Conferência de Gestão Democrática, sem participação efetiva da comunidade escolar no processo de debates, nem mesmo na própria escola, menos ainda nas etapas municipais e regionais, visto que não houve previsão orçamentária para a Conferência. “Toda essa ação demonstrou interesses escusos do governo em aprovar uma minuta de Lei da forma aligeirada” afirma a secretária de Políticas Educacionais do Sintep/MT, Guelda Andrade. Diante desse cenário, o enfrentamento para assegurar a Gestão Democrática continuará, mesmo após o pleito eleitoral escolar ocorrido em 2018, com um ano de atraso. Dessa vez, paira como ameaça a autonomia da escola o Projeto de Lei Escola Sem Partido. Se aprovado colocará a mordaza não apenas nas atividades de sala de aula, mas no processo democrático da gestão de toda a gestão escolar.

**Avalia-MT** – Sintep/MT se retirou da Comissão que elaborou as matrizes de avaliação após muitos debates sem nenhum avanço que apontasse para um projeto de intervenção pedagógica em que o profissional lograsse sucesso o desempenho das atividades educacionais. Este sindicato entendeu que os pontos a serem avaliados demonstravam foco no processo de punição, culpabilização do/a profissional da educação, tendo em vista que não há na prática uma proposta séria, coerente, só é possível se for construída com a participação coletiva e efetiva da comunidade escolar construindo paralelamente um projeto de intervenção pedagógico.

A forma de avaliação desconsiderou ainda o Sistema Estadual de Ensino como responsável por ofertar as condições necessária para os trabalhadores assegurarem a formação inicial e continuada como política pública de estado.

**Escola Militar** – Desde 2017, o Sintep/MT se manifesta contra as Escolas Militares. Com argumento de disciplinar os estudantes, reduzindo a violência na escola, o governo tentou repassar para a população duas inverdades. A primeira foi de que sob a orientação de militares os/as estudantes passariam a ser “disciplinados”. E o segundo de que a escola militar é qualitativamente melhor que as escolas públicas.

O equívoco nesse raciocínio foi motivo de enfrentamento durante todo 2018. O Sintep/MT até mesmo via Conselho Estadual de Educação (CEE) buscou apoio para assegurar o direito universal da educação pública e a manutenção dos recursos públicos da Educação. Primeiro porque a violência não é da escola e, diante desse fato a única certeza é de que a Polícia Militar deve exercer a própria finalidade da função: Segurança Pública. Educação é responsabilidade dos/das trabalhadores/as da educação.

Quanto ao fato da qualidade, os números dos exames nacionais (Enem, por exemplo) não registram diferenças significativas entre as escolas militares e as escolas públicas. Apesar dos estudantes das escolas militares ingressarem a partir de testes de seleção, ou seja, só estudam nessa escola “os melhores” que se inscreveram.

Outro ponto de contrariedade está na reserva de vagas para filhos de militares. O acesso à educação pública gratuita é direito de todos, assim como os recursos aplicados na Educação, não podendo beneficiar grupos específicos. #EmDefesaDaEscolaPúblicaeGratuita

**Posse no Concurso Público** - O ano de 2018 começou com a luta para as convocações imediatas dos Concursados da Educação de 2017. A luta não parou nos 67 dias de greve, em 2016. Com a realização do Concurso, houve ainda mais enfrentamentos durante todo o ano de 2018.

O conturbado processo de realização do Concurso, com editais equivocados, foram reforçados pela morosidade das convocações dos aprovados e inúmeros outros problemas na condução do processo que se arrastarão para além de 2018.

“Nossa cobrança é constante. Defendemos que a posse fosse antes do início do ano letivo. E mesmo não ocorrida, não nos abatemos”, lembra o dirigente Henrique Lopes. O enfrentamento da categoria foi feito nas ruas e por via judicial. Avançamos nas convocações até parte do cadastro de reservas, mas é sabido que ainda é insuficiente diante da demanda na rede estadual. “O cenário político não está favorável, mas não desistiremos. Nossas conquistas sempre foram com enfrentamentos”, conclui

É luta do sindicato, também, o reconhecimento dos habilitados no cadastro de reservas. Buscando esgotar todas as possibilidades de solução política, ações judiciais também foram impetradas e aguardamos o julgamento do mérito da ação.

Mesmo com as dificuldades de se avançar mais celeremente em novas posses e reconhecimento dos habilitados, é uma grande vitória da categoria as posses efetivadas, em função do ambiente de terceirização e privatização da educação que se instala no país. Pessoal efetivo nas unidades escolares é nossa defesa maior para a escola pública. Esta luta vai continuar.

**BNCC ou política e adestramento dos estudantes do país** – As novas BNCC (Educação Infantil/Ensino Fundamental, a última a ser aprovada do Ensino Médio) virão como desafio para os educadores em 2019, quando as emendas de congelamento dos orçamentos públicos (federal e estadual) passarão a vigorar no país e em Mato Grosso.

Em Mato Grosso o Conselho Estadual de Educação já debateu e emitiu parecer sobre a BNCC da Educação Infantil e Fundamental, sendo aguardada a homologação da mesma pela secretária de Estado de Educação ainda em 2018. O desafio dos profissionais da Educação será não permitir que a BNCC engesse o currículo nas unidades escolares, e que a aprendizagem dos estudantes não fique condicionada apenas ao mercado editorial que se intensificará no país. Por isso, os laços de autonomia, criatividade e liberdade de ensinar, pela via democrática e participativa, precisam ser validados e posto em prática pelos educadores no Projeto Político Pedagógico das escolas.

Para o ano de 2019, virá com força a implantação da BNCC do Ensino Médio, uma vez que a mesma está baseada na redução curricular e 40% de Educação à Distância como meio dos governos se desresponsabilizar do financiamento da educação pública. O desafio aos educadores em Mato Grosso é participar dos debates que serão encaminhados via CEE/MT para assegurar a vigência em nosso estado da concepção de ensino médio. Nos prepararemos para os debates com muita leitura e rodas de conversa.

**Escola Plena (Escola de Tempo Integral)** – Encerrado o terceiro ano de funcionamento das Escolas Plenas o que se constata foi a pavimentação de terreno para a exclusão dos estudantes do Ensino Médio, com a Reforma do Ensino desta etapa, e a implantação de uma Base Curricular Comum Nacional como objetivo de formar um exército de trabalhadores/as com conteúdo curricular instrumental.

A Escola Arena, em Mato Grosso, por exemplo, até hoje não cumpriu seu papel para que veio. Funcionando em instalações inadequadas, reprovadas inclusive pelo Conselho Estadual de Educação.

As escolas que implantaram o modelo serviram para o desmonte das unidades existentes que funcionavam em três períodos para desenvolverem o programa que não mudou em nada a dinâmica de ensino. Ao contrário, ao propôr dar mais do mesmo, deixando de fora da escola mais de 50% dos/as estudantes que antes estudavam nas unidades selecionadas.

O Sintep/MT fez o alerta para esse modelo apresentado, que traz ainda mais problemas na proposta curricular, na valorização profissional, e nos descumprimentos das leis de carreira. Nesse sentido, refaz a defesa do direito à educação pública, gratuita, de gestão pública, por saber que o direito a escola é para todos, a única oportunidade de conquista de cidadania, do conhecimento e de melhores empregos, salários e uma vida digna.



# Os companheiros partiram, mas continuam vivos na nossa luta!



## PRESENTE!



**N**o último 2 de dezembro de 2018 o Sintep/MT foi abatido pelas perdas de duas representações lendárias de sua militância. Um trágico acidente automobilístico, retirou dois companheiros históricos da luta sindical. Os diretores voltavam do encontro com os novos concursados da Educação - Rede Estadual da Regional Nortão IV - Juara. Esse fazer permanente em defesa do coletivo foi a vida de ambos. Mesmo tendo muito a contribuir com a luta sindical o legado deixado por eles, no curto tempo de convívio, pois se foram prematuramente, ficou marcado não apenas entre os que os conheceram e conviveram, mas naquilo que é o Sintep/MT do presente e do futuro.

Ainda durante o “encontro com os novos concursados” ocorrido em Juara, Júlio deixou sua mensagem de luta contínua. Pois, para ambos, a luta tem que continuar enquanto os direitos humanos não forem consolidados. “Fico contente ao ver as Amandas da vida, estas e estes, perpetuarão minha luta, fico feliz que vocês entraram na carreira, é preciso lutar em defesa de trabalho digno, distribuição de renda e dignidade para o povo, este é o sentido da vida. Compreende?”, disse Júlio.

Ingressos na luta sindical em períodos diferentes dos 53 anos do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT), os dirigentes Júlio César Martins Viana e Jocilene Barboza dos Santos foram fundamentais na construção dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da educação em Mato Grosso. Júlio era carioca e Jocilene sul mato-grossense, se enraizaram em solo mato-grossense como dele tivessem nascido. Ambos tiveram parte significativa do crescimento pessoal atrelados ao desenvolvimento do estado que escolheram viver e nele partiram.

Júlio Viana chegou na luta, após o desafio de se preparar para ser professor já na maturidade, quando as chamadas etapas de

aprendizagem do ensino formal terem lhe escapado no período regular. Viana cursou a educação de jovens e adultos para concluir o ensino médio e ingressar no ensino superior. Anos mais tarde, já Pedagogo se depara com os desafios da carreira profissional no interior do estado, e se torna um militante aguerrido na conquista de direitos não apenas profissionais, mas para a qualidade necessária da educação pública. Luta por salários, infraestrutura das escolas, formação continuada.

O espírito de liderança e a determinação lhe confere os cargos de dirigente municipal, regional até a presidência da Central do Sintep/MT por três mandatos. Na ocasião, em conjunto com companheiros e companheiras da luta, contribui na elaboração e na efetivação de conquistas como a Lei de Carreira (nº 050/98), a Lei da Gestão Democrática (nº 7040/98) e a Lei do Sistema Estadual de Ensino (049/98). Anos mais tarde, 2013, foi o mentor intelectual da Lei nº 510/2013, da Dobra do Poder de Compra. Uma lei em implantação até 2023, que garantirá aos profissionais da educação benefícios semelhantes às demais carreiras do executivo.

A então presidente do Sintep/MT, Jocilene Barboza, assumiu a função em 29 de junho de 2018. Tinha orgulho por representar a mulher negra. Oriunda da classe trabalhadora e funcionária de escola chegou na gestão do maior sindicato do estado em 2018. Ao enaltecer o fato não existia a soberba, mas a alegria pelo esforço da luta que abre caminhos para a igualdade de gênero, raça e posição social. Jocilene iniciou na militância como funcionária de escola em Alta Floresta, se profissionalizou pelo Arara Azul, formou-se em Ciências Biológicas e concluiu o mestrado em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Na direção sindical atuou como secretária de funcionários, secretária geral, vice-presidente e presidente eleita em junho de 2018.

*Não me esperem para a colheita.  
Estarei sempre a semear.*

Che Guevara